



Estado do Maranhão
Poder Judiciário
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO
OUVIDORIA

OFC-OUVID - 2912015
Código de validação: 43638D5AD9

São Luís (MA), 2 de dezembro de 2015

A Sua Excelência a Senhora
Desembargadora Cleonice Silva Freire
MD. Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão
NESTA

Assunto: Relatório da Audiência Pública do polo judicial de São Luís

Senhora Presidente,

Cumprimentando-a, encaminho a V. Exa. a Ata da Audiência Pública do Polo Judicial de São Luís, realizada no último dia 19 de novembro do corrente ano, com abrangência das Comarcas da Ilha de São Luís (Capital, São José de Ribamar, Paço do Lumiar e Raposa) Alcântara, Anajatuba, Barreirinhas, Cantanhede, Humberto de Campos, Icatú, Itapecuru-Mirim, Rosário, Santa Rita e Vargem Grande.

A Audiência Pública foi a 7ª e última promovida por esta Ouvidoria no biênio 2014-2015, com o propósito de estimular a participação popular na construção de um Poder Judiciário mais eficiente, republicano e próximo da sociedade.

Mantendo a sistemática anterior, optamos aqui por fazer a juntada da própria Ata da Audiência, revisada e resumida, em razão da clareza e fidedignidade com que foi confeccionada.

Além das manifestações constantes da Ata anexa, outras foram recebidas pelo pessoal da Ouvidoria no local da Audiência, e serão regularmente processadas para ulterior resposta aos manifestantes.

Assim, dou ciência do ocorrido na Audiência Pública, na esperança de que V. Exa. encaminhe a solução adequada para os problemas que estejam na sua esfera de atribuição e competência.

Renovando manifestação de estima, subscrevo-me atentamente.

Desembargador PAULO SÉRGIO VELTEN PEREIRA
Matrícula 126599



Estado do Maranhão
Poder Judiciário
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO
OUVIDORIA

PEREIRA)



PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DO MARANHÃO
OUVIDORIA

Fórum Des. Sarney Costa
Av. Professor Carlos Cunha, s/n, bairro Calhau, São Luís - MA. CEP: 65076-820
E-mail: ouvidoria@tjma.jus.br; telefone: 0800-707-1581/(98) 3194-5838. site: www.tjma.jus.br

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA DO POLO JUDICIAL DE SÃO LUÍS

Aos dezenove dias do mês de novembro do ano de dois mil e quinze, às 19h45min, no auditório da Federação das Indústrias – FIEMA, teve lugar a 7ª Audiência Pública (AP) promovida pela Ouvidoria Judiciária no biênio 2014/2015, última das sessões realizadas nos polos judiciais do Estado. A AP foi relativa ao polo judicial de São Luís, abrangendo as Comarcas da Ilha (São Luís, Paço do Lumiar, Raposa e São José de Ribamar), Alcântara, Anajatuba, Barreirinhas, Cantanhede, Humberto de Campos, Icatu, Itapecuru-Mirim, Morros, Rosário, Santa Rita e Vargem Grande. A AP contou com a participação de aproximadamente cem pessoas, entre autoridades civis e militares, representantes da sociedade civil, de entidades de classe, lideranças comunitárias, serventuários e servidores públicos. Após a exibição do vídeo institucional da Ouvidoria e de uma breve fala do Ouvidor Judiciário sobre as atividades desenvolvidas no biênio e acerca da finalidade da AP, foram registradas as seguintes manifestações: 1) Sidney de Dias de Sousa reclamou da falta de cumprimento da decisão proferida nos autos do processo n.º 17.024/2006, com trâmite na 1ª Vara da Família da Capital, pois sua filha encontra-se há 16 anos aguardando o registro do nome paterno; 2) Eliosmar Martins Ferreira, vereador de Alcântara, relatou as dificuldades de acesso à Justiça naquela Comarca, solicitando a urgente titularização de um magistrado, e que o mesmo resida da Cidade e faça audiências todos os dias, e não somente às terças, quartas e quintas-feiras, como de ordinário acontece. Disse que o último juiz a passar por Alcântara, além de lá não residir, realizava poucas audiências, deixando um grande acervo de processos. Falou, ainda, que há 14 anos não era realizada uma sessão do Tribunal do Júri em Alcântara, omissão que finalmente foi suprida por uma sessão recentemente realizada pela Juíza Lavinia Helena Macedo Coelho, que atualmente responde pela Comarca. Reclamou, por fim, que essa situação gera sensação de impunidade e contribui com a onda de revolta e violência local, razão pela qual o Poder Judiciário do Estado deve ser mais atuante e eficiente; 3) Mario de Andrade Macieira, advogado e Presidente da OAB no Estado, reclamou da falta de atualização dos dados das unidades jurisdicionais no sistema Justiça Aberta do CNJ, não sendo atualmente possível avaliar a produtividade dos juizes pelo critério de equivalência entre as estruturas administrativas das unidades jurisdicionais. Solicitou que a CGJ oriente os juizes a alimentar o sistema, argumentando que o problema das unidades com baixa produtividade não se



PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DO MARANHÃO
OUVIDORIA

Fórum Des. Sarney Costa
Av. Professor Carlos Cunha, s/n, bairro Calhau, São Luís - MA. CEP: 65076-820
E-mail: ouvidoria@tjma.jus.br; telefone: 0800-707-1581/(98) 3194-5838. site: www.tjma.jus.br

resolve com o simples deslocamento de juízes para essas unidades, pois não sendo satisfatório o número de juízes no Estado haveria sempre o desfalque de magistrados em algum lugar. Pediu uma urgente revisão da Lei de Custas e Emolumentos, que constitui obstáculo de acesso à Justiça, visto que o Maranhão está entre os Estados que possuem as custas judiciais mais caras do país, em contradição com a carência de recursos da sua população. Propõe que as custas sejam cobradas não em razão do valor da causa, mas que tenham por base as atividades processuais efetivamente exercidas, correspondente ao ônus estatal. Sugeriu que seja implantado um protocolo descentralizado, o que possibilitaria que fosse interposto recurso em uma comarca do interior e este pudesse ser aceito no Tribunal de Justiça, sistema já praticado por outros Tribunais do país. Reclamou do enfrentamento de grandes filas por parte dos advogados para protocolar petições na Secretaria de Distribuição, solicitando que seja facilitado o recebimento de petições intermediárias por meio de simples carimbo de recebimento, sem necessidade de cadastrado imediato no sistema, o que agilizaria o atendimento e diminuiria as filas. Requereu a normalização do funcionamento do *Drive-Thru* do protocolo administrativo do Fórum Desembargador Sarney Costa, que frequentemente encontra-se fechado, dificultando o recebimento de petições. Reclamou do número insuficiente de vagas no estacionamento do Fórum Desembargador Sarney Costa para atender a demanda cotidiana do jurisdicionado. Reapresentou o apelo da Ordem dos Advogados do Brasil ao Tribunal de Justiça para rever a Resolução 18/2014, que disciplina o atendimento aos jurisdicionais e advogados, especificamente quanto ao acesso ao interior das secretarias e gabinetes, mediante prévia autorização, ressaltando que a convivência entre advocacia e magistratura sempre foi boa e harmônica; 4) Ricardo Augusto F. Moyses, Advogado, reclamou da alta rotatividade de juízes nas Comarcas de Morros e Icatu, para onde os juízes só vão quando estão prestes a serem promovidos para entrância intermediária, ficando um tempo mínimo nelas, o que tem acarretado atraso nas atividades judiciárias. Especificamente no caso de Morros, ressaltou a passagem de quatro juízes somente no corrente ano. Registrou o empenho do atual juiz titular, André Bezerra Ewerton Martins, que apesar do movimento grevista dos servidores do Judiciário Estadual, não deixou sua unidade parar, saneando uma quantidade enorme de processos, mas já receia que este juiz em breve saia da Comarca. Pleiteou que a comarca de Morros seja elevada, o mais breve possível, para entrância intermediária, o que possibilitaria que os magistrados titularizados passassem mais tempo nela, promovendo a continuidade no tratamento das ações ajuizadas. Acrescentou que essa situação



PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DO MARANHÃO
OUVIDORIA

Fórum Des. Sarney Costa
Av. Professor Carlos Cunha, s/n, bairro Calhau, São Luís - MA. CEP: 65076-820
E-mail: ouvidoria@tjma.jus.br; telefone: 0800-707-1581/(98) 3194-5838. site: www.tjma.jus.br

já foi levada ao conhecimento da CGJ e da Presidente do Tribunal e continua sem solução até o presente momento; 5) Sônia Maria Amaral Fernandes Ribeiro, Juíza titular da 10ª Vara Cível da Capital e Coordenadora da Assessoria de Gestão Estratégica e Modernização do Tribunal de Justiça, informou que o Planejamento Estratégico do Tribunal de Justiça do quadriênio 2016/2020, alinhado ao Planejamento Estratégico Nacional, está em fase de conclusão, com o cuidado de incorporar, em atenção às recomendações do Conselho Nacional de Justiça, a questão do acesso à Justiça; informou que já está programada a realização de uma reunião com o Conselho Seccional da Ordem dos Advogados do Brasil, com a finalidade de receber sugestões a serem incorporadas no Planejamento do Tribunal de Justiça; 6) Carlos Alberto de Jesus Sousa, Estudante Universitário, reclamou da situação dos candidatos aprovados no último concurso público promovido pelo Tribunal de Justiça, que terá o prazo de validade para convocação extinto no próximo ano, chamando atenção para o seu caso, que foi aprovado no último concurso de 2011 no 4º lugar, nas vagas destinadas aos portadores de necessidades especiais e não tem sequer expectativa de ser chamado, embora no Judiciário haja extrema necessidade de nomeação de servidores; 7) Frederico Feitosa de Oliveira, Juiz da 2ª Vara de Estreito e Secretário Adjunto da Associação dos Magistrados do Maranhão, ressaltou a pertinência das manifestações apresentadas e esclareceu que, atualmente, ainda há cinquenta e um cargos disponíveis para juízes no Estado do Maranhão, apesar de terem sido chamados trinta novos magistrados no segundo semestre do corrente ano, o que prejudica sobremaneira as atividades judicantes, pois sobrecarrega os juízes que tem que responder por duas e ou mais comarcas cumulativamente. Esclareceu que o problema de estacionamento no Fórum Desembargador Sarney Costa é de difícil solução; que há setenta vagas destinadas exclusivamente aos advogados; que não há vagas suficientes para os servidores, inclusive, um espaço ornamental onde existe uma praça no referido Fórum está sendo transformado em estacionamento e que há a ideia de que o espaço que serve para estacionamento dos magistrados sirva para instalação de novas varas, portanto, acredita que o caminho é a descentralização, com a construção de Fóruns Regionais, como já existem em outras capitais no país, constituindo matéria relevante a ser incluída no Plano Plurianual, por meio do Planejamento Estratégico. Quanto à Resolução 18/2014, afirmou que não se objetiva privar o advogado de acesso ao juiz, mas, efetivamente, a organização e regularização desse acesso, com seguimento das regras mínimas de educação. A propósito da questão, o Desembargador Paulo Velten registrou o exemplo da Juíza da 6ª Vara Cível do Fórum Regional da Barra da Tijuca, no Rio



PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DO MARANHÃO
OUVIDORIA

Fórum Des. Sarney Costa
Av. Professor Carlos Cunha, s/n, bairro Calhau, São Luís – MA. CEP: 65076-820
E-mail: ouvidoria@tjma.jus.br; telefone: 0800-707-1581/(98) 3194-5838. site: www.tjma.jus.br

de Janeiro, que fixou uma placa na porta do seu gabinete colocando-se à disposição de todos os advogados que tivessem petições ainda sem despacho por mais de dez dias, atitude louvável que revela a incorporação da Ouvidoria como princípio, pois cada juiz pode ser o próprio Ouvidor da sua unidade jurisdicional, viabilizando a aproximação do Judiciário com o jurisdicionado. Acrescentou que esse fato o estimulou a escrever o artigo “Ouvidoria judiciária como modelo de ombudsman e princípio republicano” publicado no site do TJMA, *link* da Ouvidoria. Quanto à Resolução 18/2014, acredita que a questão deve ser resolvida fora do plano normativo; acrescentou que a relação entre magistrados e advogados se baseia na premissa do respeito mútuo, devendo obedecer à Lei dos Líquidos em Vasos Comunicantes, conforme a lição do jurista italiano Piero Calamandrei, segundo a qual “não se pode baixar o nível de um, sem que o nível do outro desça na mesma medida”. Registrou que a ausência do Desembargador Cleones Carvalho Cunha estava justificada por motivo de doença, encontrando-se o mesmo inclusive internado, ressaltando depositar confiança na sensibilidade e no compromisso, tanto da atual Presidente do Tribunal de Justiça, Desembargadora Cleonice Silva Freire, quanto do Presidente eleito, com a solução dos problemas aqui relatados e com o aperfeiçoamento do serviço prestado pelo Poder Judiciário. Ressaltou que a produtividade do Juiz André Bezerra Ewerton Martins, titular da comarca de Morros e que responde cumulativamente pela comarca de Icatu, segundo os dados fornecidos pela CGJ, foi muito boa, havendo superávit se somada a produtividade nas duas comarcas. Finalizando, informou que no índice de acesso à Justiça, do Mapa de Acesso do Ministério da Justiça, nos anos de 2013 e 2014, o Estado do Maranhão está na lanterna, mas que o problema não se deve apenas ao Poder Judiciário, pois o mapa também considera deficiências relacionadas ao sistema de segurança, falta de defensores e promotores de justiça, entre outras políticas de acesso, e que algo precisava ser feito pelos poderes públicos e pela sociedade como um todo para retirar o Maranhão dessa vergonhosa posição; 8) Afonso Wermerson S. Dias, Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança – CMDA do município de Raposa, elogiou o trabalho desempenhado pela Juíza Rafaella de Oliveira Saif Rodrigues e, dirigindo-se ao Deputado César Henrique Pires, reclamou que o município de Raposa hoje tem quase trinta mil habitantes, um índice de violência alarmante e conta com o contingente de apenas quatro policiais militares, conforme informado pelo responsável pela Delegacia de Polícia do município; 9) Mariana Albano de Almeida, Defensora Pública Geral do Estado do Maranhão, informou que a instituição que representa encontra-se em trinta e cinco



PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DO MARANHÃO
OUVIDORIA

Fórum Des. Sarney Costa
Av. Professor Carlos Cunha, s/n, bairro Calhau, São Luís - MA. CEP: 65076-820
E-mail: ouvidoria@tjma.jus.br; telefone: 0800-707-1581/(98) 3194-5838. site: www.tjma.jus.br

comarcas e que, enquanto gestora, tem buscado junto ao Poder Executivo meios orçamentários para implantação da Defensoria Pública em outras cento e dezesseis comarcas do Estado. Disse que recebe com frequência reclamações dos usuários da Defensoria Pública, sobretudo do posto que funciona no 1º andar do Fórum Desembargador Sarney Costa, sobre a ausência de funcionamento dos elevadores instalados na ala de entrada do Fórum, os quais se encontram desativados há mais de ano, ressaltando que esse reparo facilitaria o acesso dos usuários aos serviços fornecidos no 1º andar do chamado “Forinho”, principalmente de idosos e deficientes. Finalizando, agradeceu o convite, colocando a Defensoria Pública à disposição, e parabenizou o Judiciário pela AP e o Presidente da OAB pela boa atuação à frente da instituição nos últimos quatro anos; **10)** Marcel Reis Monroe, Estudante Universitário, reclamou da morosidade de dois processos ajuizados na comarca de Icatu por seu octogenário avô, senhor José Ribamar de Oliveira Monroe, com distribuição nos anos de 2009 e 2013, que não foram sentenciados e sequer ocorreu a citação do réu, estando um deles concluso para despacho ou decisão do magistrado há mais de um ano. Informou que a situação já foi levada à CGJ com pedido de providências, tendo sido tomadas medidas paliativas e extraordinariamente designado um magistrado para despachar o processo, entretanto, logo após, o magistrado se afastou da comarca e o processo ficou parado novamente. Por fim, solicitou às autoridades competentes que providências fossem tomadas para que o jurisdicionado não fosse tão severamente punido com a morosidade no trâmite das ações ajuizadas. Em seguida, o Juiz André Bezerra Ewerton Martins, titular da comarca de Morros, respondendo pela comarca de Icatu, saudou a todos os presentes, agradeceu o reconhecimento ao trabalho que toda a equipe de servidores tem desempenhado e informou que responde pela comarca de Icatu desde meados do mês de agosto do corrente ano, que a comarca tem padecido pela vacância de magistrados. Com relação aos processos reclamados, comprometeu-se a fazer anotação pessoal com fins de dar celeridade tramitação aos mesmos; ressaltou que não tinha conhecimento acerca da morosidade, dado o grande número de processos ajuizados na comarca e o fato de ainda não ter sido provocado, colocando-se à disposição para atender o advogado da parte; **11)** Maria de Lourdes Costa, Servidora Pública, reclamou da situação da Turma Recursal Cível e Criminal de São Luís, informando que tem um processo tramitando desde o ano de 2009, tendo sido remetido à Turma Recursal no início do ano de 2013. Diz que após sucessivos contatos com a unidade jurisdicional, recebeu a estimativa de que o processo somente seria decidido no ano de 2016. Manifestou sua indignação acerca da situação e



PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DO MARANHÃO
OUVIDORIA

Fórum Des. Sarney Costa

Av. Professor Carlos Cunha, s/n, bairro Calhau, São Luís - MA. CEP: 65076-820
E-mail: ouvidoria@tjma.jus.br; telefone: 0800-707-1581/(98) 3194-5838. site: www.tjma.jus.br

solicitou uma resposta satisfatória; **12)** Antônio José A. Veras, Membro da Comissão de Prestação de Contas da Prefeitura de São Luís, representando o Prefeito Edvaldo Holanda Júnior, parabenizou a Ouvidoria do Tribunal de Justiça pelo trabalho desenvolvido, informou que a Prefeitura de São Luís tem remodelado seu Portal de Transparência criando a Ouvidoria do Município e convidou a todos os presentes para o 1º Seminário Municipal de Transparência e Combate à Corrupção, promovido pela Prefeitura de São Luís em conjunto com o Tribunal de Contas da União, Controladoria Geral da União e Tribunal de Contas da União, a realizar-se em 11 de dezembro do corrente, no Teatro da Cidade; **13)** César Henrique Santos Pires, Deputado Estadual e Ouvidor da Assembleia Legislativa, elogiou o trabalho desenvolvido pela Ouvidoria Judiciária do TJMA, discorreu sobre a importância das Ouvidorias, registrou que a Ouvidoria da Assembleia somente foi implantada em 2014 e que adotará as boas práticas da Ouvidoria Judiciária do TJMA; **14)** Jaqueline de Assis Carvalho, coordenadora do Conselho Tutelar de Santa Rita, apresentou as dificuldades que o Conselho Tutelar tem enfrentado na comarca de Santa Rita por falta de apoio do Judiciário, do Ministério Público e da Polícia. Reclamou da falta de um juiz titular na Comarca, que possui quase trinta e dois mil habitantes, com um número grande de crianças e adolescentes evadidos da escola, envolvidos com a marginalidade e com o uso de entorpecentes; que nos finais de semana não tem juiz, promotor de justiça, nem delegado de polícia na Comarca, mas somente dois policiais na delegacia local, o que impossibilita o Conselho Tutelar de fornecer um atendimento adequado aos usuários, por não ter a quem recorrer com a demanda que recebe. Reclamou, ainda, que em razão da falta de juiz titular na Comarca, os processos ficam paralisados por muito tempo. Pede melhorias no atendimento ao jurisdicionado, acrescentando que a Defensoria Pública fica também sobrecarregada com a grande demanda jurisdicional da localidade; **15)** Mirela Cezar Freitas, Juíza titular da 2ª Vara de Itapecuru-Mirim, respondendo pela 1ª e 3ª Varas da Comarca, falou acerca da questão da Execução Penal; informou que estava centralizada em São Luís, mas que a partir de janeiro do corrente ano iniciou-se um processo de descentralização com o objetivo de permitir que os apenados oriundos das cidades do interior cumpram suas penas no próprio interior. Informou que em Itapecuru-Mirim existe uma unidade prisional de ressocialização, que recebe presos de onze comarcas, dentre elas, Santa Rita; que essa unidade prisional passa por uma reforma, com estimativa de término para o mês de dezembro deste ano, por estar com sua capacidade máxima atingida, aumentando sua capacidade para comportar cento e vinte presos. Acrescentou que será



PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DO MARANHÃO
OUVIDORIA

Fórum Des. Sarney Costa
Av. Professor Carlos Cunha, s/n, bairro Calhau, São Luís - MA. CEP: 65076-820
E-mail: ouvidoria@tjma.jus.br; telefone: 0800-707-1581/(98) 3194-5838. site: www.tjma.jus.br

assinado na Secretaria de Justiça e Administração Penitenciária um convênio com a Associação de Proteção e Assistência aos Condenados da comarca, que continuará atendendo os apenados das onze comarcas, com a metodologia de estudo e trabalho com o objetivo da ressocialização, no intuito de devolver esses apenados à sociedade, melhor do que ingressaram no sistema prisional;

16) Daniel Carvalho Junior, Psicólogo da Casa Abrigo de Barreirinhas, reclamou que o jurisdicionado foi prejudicado porque a comarca ficou muito tempo sem juiz titular e promotor de justiça, o que resultou no acúmulo de processos sem tramitação. Apresentou um caso específico de uma criança que já está há quatro anos em situação de acolhimento por não haver resolução do processo em que ela é parte. Informou que todas as audiências que estavam marcadas foram adiadas em virtude da chegada de um novo juiz na comarca, que obviamente precisa de tempo para se familiarizar com os casos já em tramitação, mas salientou a sua preocupação com a situação da infante e solicitou celeridade desse processo. Em seguida, o Desembargador Paulo Velten informou sobre a comunicação recebida do Juiz da Vara Única de Barreirinhas, Fernando Jorge Pereira, justificando sua ausência em razão de sua participação no Encontro de Corregedores Gerais da Justiça, que ocorreu em Barreirinhas, informando também que desde que assumiu a comarca constatou um problema antigo, consubstanciado no acervo de sete mil processos em trâmite, sendo dois mil e setecentos processos conclusos; que já despachou e sentenciou mais de mil, setecentos e vinte e três processos e se disponibilizou para tratar especificamente de qualquer processo que necessite de uma atenção especial, como do caso relatado anteriormente. Por fim, o Ouvidor agradeceu a todos os presentes, ressaltando a importância de um Judiciário aberto e mais próximo da sociedade. Os trabalhos foram finalizados às 21h47min. Para constar, eu, Lislane Dias dos Santos Leitão, lavrei a presente Ata, que será assinada pelo Ouvidor do Poder Judiciário do Maranhão, Desembargador Paulo Velten e pelo Ouvidor substituto, também Ouvidor titular eleito para o biênio 2016/2017, Desembargador Ricardo Tadeu Bugarin Duailibe.

Desembargador Paulo Velten
Ouvidor Judiciário do Estado do Maranhão

Desembargador Ricardo Tadeu Bugarin Duailibe
Ouvidor Judiciário substituto